



PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Conforme **Resolução nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2018** - Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o **Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996**, e dá outras providências.

1. Curso e Área do Conhecimento	PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA Curso presencial com abordagem interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, envolvendo as áreas Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Constitucional; Direitos Humanos; Direito Administrativo; Direito Militar
2. Justificativa	<p>A segurança pública é um dos temas mais debatidos e pesquisados nos últimos anos no Brasil, isso porque, a violência letal é crescente se tornando necessário aprofundamento para lidar com a patologia. Sabe-se que a polícia tem um impacto considerável na busca de solução do problema, contudo, é incapaz de resolver da forma eficaz, uma vez que a eficácia importa em muitas outras dimensões e Instituições.</p> <p>Assim, a pós-graduação em Políticas e Gestão em Segurança Pública é um curso que visa aprimorar conhecimentos na área segurança pública e tudo que a envolve contribuindo para o desenvolvimento e ampliação do conhecimento teórico e prático dos profissionais que atuam ou gostariam de atuar na área. No curso a teoria é articulada com a prática por meio de estudos, diagnósticos e pesquisas aplicadas em segurança pública, bem como análise das políticas públicas para o enfrentamento das questões ligadas ao tema. Quer seja na esfera pública ou privada, o conhecimento específico e direcionado da segurança pública é uma exigência profissional do mercado Isso porque, em decorrência da globalização as demandas por políticas de segurança pública, que podem ser efetuadas por atores privados, de acordo com os limites legais fixados, aumentou consideravelmente. As empresas privadas que atuam no ramo de segurança, assim como os agentes públicos (policiais), precisam ter amplo conhecimento na área de segurança pública para, em conjuntos, trabalhem em prol das garantias individuais e coletivas de forma estratégica e profissional. Assim, a Pós-Graduação em Políticas e Gestão em Segurança Pública está direcionada para profissionais que atuam na área de segurança pública e privada, uma vez que o mercado de trabalho exige inovação, ações estratégicas na atuação profissional.</p>
3. Histórico da Instituição	<p>A Associação Educacional Souza Graff S/S Ltda. é pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural e de promoção humana, com inscrição no CNPJ sob nº 02.828.271/0001-65, desde 31 de agosto de 1998. A Associação Educacional Souza Graff S/S Ltda. é Integrada ao Grupo Lusófona, maior grupo de ensino nos países de língua portuguesa, desde 2004, passando a usar a marca ou nome fantasia —Grupo Lusófona, com a logomarca —Grupo Lusófona Brasil. O Grupo Lusófona prossegue, em Portugal, os seus objetivos através da COFAC -Cooperativa de Formação e Animação Cultural, Crl., da Escola Superior Ribeiro Sanches, S.A., da Real Academia de Portugal SA., da FIDES - Cooperativa de Formação, Desenvolvimento e Solidariedade, Crl., e da SESC – Sociedade de Estudos Superiores de Contabilidade, S.A. A COFAC é hoje a maior Instituição de Ensino Superior em Portugal, sendo os seus estabelecimentos de ensino frequentados por cerca de 15 mil alunos, e</p>



PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

	<p>contando com a colaboração de 1000 professores e aproximadamente 300 funcionários. A COFAC é a titular dos seguintes Estabelecimentos de Ensino Superior: a) ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; b) ULP - Universidade Lusófona do Porto; c) ISCAD - Instituto Superior de Ciências da Administração; d) ESEAG - Escola Superior de Educação Almeida Garrett; e) ISDOM - Institutos Superiores D. Dinis; f) ISPO - Instituto Superior Politécnico do Oeste; g) ISMAT – Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Fora de Portugal, o Grupo integra as seguintes Instituições: a) ISPU - Instituto Superior Politécnico Universitário – Maputo e Quelimane – Moçambique; b) Universidade Amílcar Cabral - Bissau - Guiné-Bissau; c) Colégio e Faculdade Paraíso – Rio de Janeiro – Brasil; d) Faculdade Mário Schenberg – São Paulo – Brasil; e) Universidade Lusófona de Cabo Verde – Mindelo – Cabo Verde. O Grupo Lusófona representa este conjunto de estabelecimentos mais aqueles que, dentro e fora de Portugal, partilham dos mesmos princípios e orientações estratégicas, num total de 22.000 alunos, distribuídos pelos mais diversos graus de ensino. Na Universidade Lusófona, o Serviço de Apoio à Criação de Emprego e Estágios (SACEE) está integrado na DRIE — Direção de Relações Internacionais, Estágios Emprego e Empreendedorismo. Esta Direção gere toda a estratégia de Relações Internacionais, Emprego, Estágios e Empreendedorismo em todas as Instituições do Grupo Lusófona (dentro e fora de Portugal). A Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro – FL/RJ apresenta à comunidade de São Gonçalo como opção de construção de oportunidade de desenvolvimento. Com uma proposta pedagógica inovadora, a Faculdade Paraíso combina com maestria o emprego de recursos tecnológicos para a produção de artefatos e objetos de aprendizagem capazes de despertar o processo cognitivo de acordo com o tempo e com o background de cada aluno. O Corpo Docente da Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro – FL/RJ é composto por Doutores, Mestres e Especialistas com vasta experiência em Cursos de Pós-Graduação nas principais Universidades Privadas do País. A adoção de Projetos Pedagógicos inovadores, voltados para a aplicação de conhecimentos que atendam as demandas do atual ambiente de mercado, que alinham a teoria com a prática, constituem o núcleo de excelência da empresa.</p>
4. Objetivos	<p>Tem por objetivo a formação de profissionais mais especializados capazes de interagir com o tema da Segurança Pública a partir do ponto de vista da sociedade de forma contemporânea; fornecer aos profissionais atuantes da área e interessados no tema um estudo aprofundado e estratégico sobre os crimes e os impactos para a segurança pública; desenvolver nos profissionais da área a visão crítica sobre o sistema atual; solidificar os conhecimentos técnicos estratégicos, a partir de uma análise completa sobre temas de direito público, com ênfase em direito penal, militar, administrativo, processual penal e os direitos humanos; qualificar os profissionais da área e prepará-los para as adversidades do exercício de sua profissão no cenário da contemporaneidade; aprimorar as estratégias de combate à violência da região nas grandes cidades.</p>
5. Público-Alvo	<p>Todos aqueles que possuem 3 grau completo.</p>
6. Concepção do Programa	<p>O curso buscará, fundamentalmente, associar pesquisa, reflexão e prática, fazendo com que os profissionais adquiram competência em conhecimentos contemporâneos sobre as formas de administração de conflitos. O profissional especializado em segurança pública estará mais bem preparado para trabalhar em instituições públicas e privadas, desempenhando atividades de elaboração, gestão e avaliação de projetos e políticas públicas de segurança pública. A proposta pedagógica do curso foi criada para atender uma formação específica, com abrangência das demandas de conhecimento relativas a segurança pública, uma vez que o mercado de atuação que exige atuação dinâmica e criativa dos profissionais, tendo em vista a sociedade complexa e globalizada, razão pela qual, se justifica a elaboração deste curso.</p>



PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

7. Coordenação	Professora Me. Rosana Maria de Moraes e Silva Antunes, acadêmica com intenso envolvimento com ensino, pesquisa e extensão. É monitora, gestora e idealizadora de projetos de Pesquisa e Extensão bem como representa a Instituição em eventos nacionais e internacionais (Universidade de Vigo e Coimbra). É Advogada e Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro, Doutoranda em Direito pela UFF, Mestre em Direito pela UFF, Especialista em Direito Processual civil e Processual do trabalho pela EMATRA RJ, Professora do curso de direito da Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro, professora conteudista Direito do grupo Sagah soluções de ensino. Pesquisadora em grupos de pesquisa: Democracia, Cidadania e Estado de Direito; Jürgen Habermas: concepções, confluências e interlocuções; Direitos Fundamentais e grupo de Proteção de dados pessoais / CNPQ. Revisora de artigo científico na revista PENS@RACADÊMICO, ISSN: 1808-6136
8. Carga Horária	O curso está distribuído em 4 módulos. Com 610 horas (370 teóricas +170 práticas + 30h ATICOM+ 40 trabalho de conclusão). A estrutura curricular do curso tem carga horária de 610h/a no total incluindo as aulas teóricas e aulas prática, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares
9. Período e Periodicidade	O curso tem periodicidade Modular, cada módulo tem sua quantidade de disciplinas, de acordo com as competências a serem desenvolvidas.
10. Conteúdo Programático	<p style="text-align: center;">Módulo 1: Segurança Pública e os Direitos Humanos</p> <p>Objetivo: esse módulo proporcionará a base jurídica necessária acerca dos temas propostos pelo curso. Ao final da disciplina, os alunos e as alunas deverão ser capazes articular o direito constitucional e os temas ligados a segurança pública.</p> <p>Temas abordados na disciplina:</p> <ul style="list-style-type: none">- Segurança e Garantias Constitucionais- Evolução das ideias penais e o direito penal contemporâneo- Segurança pública, garantismo e o Neoconstitucionalismo- Direitos Humanos no contexto penal e processual Penal- Introdução aos distintos conteúdos acerca das noções de controle, disciplinamento, normalização e repressão.- Remédios Constitucionais- A repressão como discurso jurídico e seus reflexos na organização das instituições policiais, em perspectiva comparada.- Eficácia vertical, horizontal e diagonal dos direitos humanos. <p>Total: 80 horas (teoria)</p>



	<p style="text-align: center;">Módulo 2: Teoria e Prática Penal</p> <p>Objetivo: esse módulo promoverá o estudo das matérias mais relevantes para a atuação prática do dia a dia do profissional que atua na área.</p> <p>Temas abordado na disciplina:</p> <ul style="list-style-type: none">- Investigação penal, prisões e as garantias Constitucionais;- Sociologia do crime e da violência;- A violência como problema público e social;- Teoria das Provas e técnicas de investigação;- Crime organizado e ferramentas de combate às organizações;- Legislação penal extravagante e a região metropolitana;- Legislação Especial Aplicada à Segurança Pública;- Relações interpessoais e tomadas de decisão. <p>Total: 60 horas (teoria) + 60 horas (prática) = 120 horas</p>
	<p style="text-align: center;">Módulo 3: Segurança Pública contemporânea</p> <p>Objetivo: esse módulo apresentará conceitos ligados a Segurança Pública em uma abordagem contemporânea e estratégica</p> <p>Temas abordado na disciplina:</p> <ul style="list-style-type: none">- Conceitos e natureza jurídica da segurança pública;- Ordem pública;- Órgãos da segurança pública;- Policiamento democrático;- Vigilância privada;- Segurança Pública e o papel das Instituições;- Violência Urbana.- Estudo da prática da administração pública de modo intersetorial, focalizando as estratégias locais de soluções de problemas sociais- Práticas Repressivas e Segurança Pública;- Produção e Gestão da Informação em Segurança Pública;- Produção de Diagnósticos em Segurança Pública;- Etiologia criminológica da região metropolitana do crime- Justiça e Formas Alternativas de Administração de Conflitos; <p>Total: 90 horas (teoria) + 70 (oficina) = 160 horas</p>



PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

	<p style="text-align: center;">Modulo 4: Segurança e Políticas Públicas</p> <p>Objetivo: esse módulo analisará de forma crítica a Política Nacional de Segurança Pública, seus princípios, diretrizes, objetivos que condicionam as estratégias de segurança pública implementada pelos três níveis de governo de forma integrada e coordenada, para a preservação da vida, à manutenção da ordem pública e a garantia da incolumidade das pessoas e do patrimônio, o enfrentamento e prevenção à criminalidade e à violência em todas as suas formas, assim como o engajamento da sociedade, a transparência e publicidade das boas práticas.</p> <p>Temas abordados na disciplina:</p> <ul style="list-style-type: none">- Gestão em Administração Pública;- Políticas Públicas e o combate à criminalidade- Análise de Políticas Públicas;- Políticas Públicas e Grupos em situação de vulnerabilidade;- Segurança pública brasileira: desafios e propostas de melhorias;- Accountability e polícia;- Comunidade, segurança e sentimento de insegurança- Política de segurança e juventude; <p>Total: 90 horas (teoria) + 30 (oficina) = 120h</p> <p style="text-align: center;">Metodologia de Pesquisa</p> <p>A prática da pesquisa científica. O processo da pesquisa social. Classificação e tipologia da pesquisa científica. Realização de exercícios de gestão da Justiça Criminal e da Segurança Pública.</p> <p>Total: 30 horas (teoria) + 10 (oficina) = 40 horas</p> <p style="text-align: center;">Trabalho final: artigo científico</p> <p>No mínimo 20 páginas. Observando as regras da ABNT (entregue no final do curso)</p> <p>Total: 20horas</p>
11. Corpo Docente	O corpo docente é formado por profissionais qualificados, titulados e que aliam experiência acadêmica com atuação profissional especializada, trazendo para a sala de aula a realidade do mercado de trabalho.
12. Metodologia	A metodologia adotada volta-se para a participação do discente, estimulando sua autonomia, conferindo-lhe o protagonismo no processo de ensino-aprendizagem. As atividades propostas buscam promover a reflexão crítica e o ensino aplicado à resolução de questões concretas. Assim, rompe com o paradigma positivista extremado que escraviza o profissional e que forma meros reprodutores de normas. O caminho metodológico é a prática de um ensino adequado à realidade, concatenando as ideias teóricas articuladas à prática. Para tanto, estão previstas atividades como estudos de casos, simulações e exercícios que estimulem a troca de experiências e a aplicabilidade no trabalho. As estratégias didáticas privilegiam o ensino de aplicabilidade, incentivam a reflexão e o intercâmbio das experiências profissionais dos alunos, bem como a sistematização desse conhecimento a partir de um arcabouço teórico selecionado.



PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

13. Interdisciplinar	<p>O caráter interdisciplinar do curso está respaldado em sua composição curricular e em seu quadro de docentes, que inclui especialistas, mestres e doutores. O estudo de casos práticos possibilita ampliar e aprofundar a integração entre os conhecimentos teóricos e as práticas, bem como desenvolver análises crítico-reflexivo sobre a atuação do profissional no mercado tão exigente. A construção de oficinas para análise de políticas públicas desenvolvidas e em desenvolvimento, relacionadas a segurança pública, desenvolve uma aprendizagem baseada em problemas. A metodologia da problematização é uma proposta que apresenta diferentes caminhos onde o ensino e a prática exigem um certo grau de interdisciplinada.</p>
-----------------------------	--



PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

14. Atividades Complementares	São atividades realizadas pelo aluno, para contribuir à sua formação geral e específica. (Ver Manual de Atividades da Pós-Graduação da IES).
15. Tecnologia	Serão usados recursos tecnológicos de comunicação e informação, por meio de recursos audiovisuais informatizados, e plataforma on-line/biblioteca SAGAH para aproveitamento de estudos na área.
16. Critério de Seleção	<p>É elegível para matrícula o aluno portador de diploma de curso superior devidamente registrado, desde que atendidas às exigências fixadas na legislação vigente e as previstas no projeto pedagógico do curso. Excepcionalmente, poderá matricular-se aluno que apresente certificado e a declaração de conclusão de curso superior, emitido por instituição reconhecida, ficando o mesmo obrigado a apresentar o diploma devidamente registrado antes do término do curso.</p> <p>O candidato entregará, por ocasião da matrícula, os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Ficha de inscrição devidamente preenchida;II. 03 (três) fotos 3x4 atual e coloridaIII. Cópia da Cédula de Identidade;IV. Cópia do CIC ou CPF;V. Cópia do Título de Eleitor;VI. Cópia do comprovante de votação ou a justificativa por não ter votado ou a declaração de quitação eleitoral;VII. Cópia do Documento Militar (para o sexo masculino);VIII. Cópia do Comprovante de Residência;IX. Cópia do Histórico Escolar do Curso Superior;X. Cópia do Diploma do Curso Superior;XI. Currículo Atualizado.
17. Sistemas de Avaliação	<p>A avaliação será realizada por módulos, conforme a organização do projeto pedagógico do curso, incidindo sobre a frequência e sobre o aproveitamento.</p> <p>A frequência mínima exigida é de 75% (setenta e cinco) por cento às atividades didáticas pedagógicas do curso.</p>
18. Trabalho de Conclusão	O projeto final do curso é em formato de artigo científico, que deverá ser elaborado de acordo com os padrões adotados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. É uma atividade individual. O prazo de entrega e apresentação do projeto final será definido pelo coordenador, podendo conceder uma prorrogação de no máximo dois meses.



19. Ementas/ Bibliografias	<p style="text-align: center;">Segurança Pública e os Direitos Humanos</p> <p>Abordagem histórico-cultural, observando os direitos humanos nas atividades exercidas (Sensibilização para a percepção do ser humano como titular de direitos e buscar uma reflexão sobre o servir e proteger em se tratando da defesa social, como responsabilidade social para a reorientação da sua práxis), história social e conceitual dos direitos humanos e fundamentos históricos e filosóficos, desmistificação dos direitos humanos como dimensão exclusiva da área jurídico-legalista, enfocando as dimensões ético-filosófica, histórica, jurídica, cultural, econômica, psicológica e político-institucional dos direitos humanos na ação do profissional da área de Segurança Pública, segurança e garantias constitucionais; evolução das ideias penais e o direito penal contemporâneo, segurança pública, garantismo e o Neoconstitucionalismo, introdução aos distintos conteúdos acerca das noções de controle, disciplinamento, normalização e repressão. remédios constitucionais, a repressão como discurso jurídico e seus reflexos na organização das instituições policiais, em perspectiva comparada, e eficácia vertical, horizontal e diagonal dos direitos humanos.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>BALESTERI, Ricardo Brisolla. Polícia e direitos humanos: do antagonismo ao protagonismo. Porto Alegre: Seção Brasileira de Anistia Internacional, 1994. COMPARATO, Fabio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2003. CORDEIRO, Bernadete M.P. e Silva; SUAMY, S. Direitos humanos: referencial prático para docentes do ensino policial. 2.ed. Brasília; CIVC, 2005. DELMAS-MARTY, Mirelle. A imprecisão do direito – do Código Penal aos direitos humanos. São Paulo: Manole, 2005. HERKENHOFF, João Batista. Direitos humanos: a construção universal de uma utopia. Aparecida: Santuário, 1997. JESUS, José Lauri Bueno. Polícia Militar e direitos humanos. Segurança pública, brigada militar e os direitos humanos no estado democrático de direito. Curitiba: Juruá, 2004. LEITE, Herbert Soares. A hermenêutica constitucional clássica e contemporânea como requisito para a reintegração e reconstrução jurídica no estado democrático de direito: uma discussão acerca da aplicação e do conceito de racismo na Constituição brasileira de 1988. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 16. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2005. CANOTILHO. Jose Joaquim Gomes. Direito Constitucional e teoria da constituição. Coimbra: Almedina, 2007. DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Atlas, 2012. SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz G.; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>TUCCI, Maria Luiza. O racismo na história do Brasil – mito e realidade. São Paulo: Ática, 1996. PIOVESAN, Flavia. Temas de direitos humanos. 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 2003. RABENHORST, Eduardo Ramalho. Dignidade humana e moralidade democrática. Brasília: Brasília Jurídica, 2001. ROBLES, G. Os direitos fundamentais e a ética na sociedade atual. São Paulo: Manole, 2005. ROTHENBURG, Walter Claudius. Direitos fundamentais e suas características. Cadernos de Direito constitucional e Ciência Política v. 29, n. 55, São Paulo: RT, 1999, ÁVILA, Humberto. Teoria dos Princípios: da Definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2013. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2013.</p>



Teoria e Prática Penal

Investigação penal, prisões e as garantias Constitucionais; sociologia do crime e da violência, violência como problema público e social; teoria das provas e técnicas de investigação; crime organizado e ferramentas de combate às organizações; legislação penal extravagante e a região metropolitana; legislação Especial aplicada à segurança pública; relações interpessoais e tomadas de decisão; vitimização pelo crime; segurança pública e legislação policial; estatuto da juventude; Lei Maria da Penha; Lei de Tortura; Crime Ambiental.; Abuso de Autoridade; Desarmamento; Crimes Hediondos; Crimes cibernéticos; estatuto da criança e adolescente; estatuto do idoso.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de direito penal. São Paulo: Saraiva. Vol. I a V. LOPES JR, Aury. Direito processual penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. MARCÃO, Renato. Curso de execução penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. NUCCI, Guilherme de Souza. Prática forense penal. 10.ed. São Paulo: Gen, 2018. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Bibliografia Complementar

GIACOMOLLI, Nereu José. O devido processo penal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. JORGE, Flávio Cheim. Teoria geral dos recursos cíveis. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia. Manual de direito penal: parte geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. GRECO, Rogério. Curso de direito penal. Niterói: Impetus. Vol. I a III. GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. Recursos no processo penal. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. MACHADO, Angela C. Cangiano; DEZEM, Guilherme Madeira. JUNQUEIRA, Gustavo Otaviano Diniz, VANZOLINI, Patrícia. Prática penal. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. MARCÃO, Renato. Curso de processo penal. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019. MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Execução penal. 13. ed. São Paulo: Gen, 2017. NICOLITT, André. Manual de processo penal. 10. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito processual penal. 17. ed. São Paulo: Gen, 2020. Princípios constitucionais penais e processuais penais. 4. ed. São Paulo: Gen, 2015. ROIG, Rodrigo. Execução penal: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2016. STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Rafael Tomaz de. O que é isto – as garantias processuais penais? V. 2. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. TORRES, João Guilherme Gualberto; LIMA, Marcellus Polastri. Impactos do novo Código de Processo Civil nos recursos em processo penal. In: CABRAL, Antonio do Passo; PACELLI, Eugênio; CRUZ, Rogério Schiatti. Coleção repercussões do novo CPC: processo penal. V. 13. Salvador: Jus Podivm, 2016, pp. 469-506. TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de processo penal. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. TORON, Alberto Zacharias. Habeas corpus: controle do devido processo legal: questões controvertidas e de processamento do writ. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. VALOIS, Luís Carlos. Processo de Execução Penal e Estado de Coisas Inconstitucional. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. VASCONCELOS, Vinícius Gomes de. Direito ao recurso no processo penal: conteúdo e dinâmica procedimental para um controle efetivo da sentença condenatória. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.



Segurança Pública Contemporânea

Conceitos e natureza jurídica da segurança pública; ordem pública; órgãos da segurança pública; Policiamento democrático; vigilância privada; segurança Pública e o papel das Instituições; violência Urbana; Estudo da prática da administração pública de modo intersectorial; focalizando as estratégias locais de soluções de problemas sociais; práticas Repressivas e Segurança Pública; produção e Gestão da Informação em Segurança Pública; produção de Diagnósticos em Segurança Pública; etiologia criminológica da região metropolitana do crime; justiça e formas alternativas de administração de conflitos;

Bibliografia Básica

ANDRADE, V. R. P. de. A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. CADERNOS ADENAUER, N. 3. Desarmamento, segurança pública e cultura da paz. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, outubro 2005; CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional e teoria da constituição. 4. ed. Coimbra: Almedina; CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição, Direito Constitucional Positivo. 15. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2009; DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007; FREIRE, Moema Dutra. Acesso à Justiça e Prevenção à violência: Reflexões a partir do projeto Justiça Comunitária. 2006. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006; L'APICCIRELLA, Carlos Fernando Priolli. Segurança Pública. Revista Eletrônica de Ciências, São Carlos, n. 20, outubro de 2010. MENDES, Gilmar Ferreira, Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013. PERALVA, Angelina. Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e terra, 2000; QUEIROZ, Paulo. Direito Penal: Parte Geral. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005; SAPÓRI, Luís Flávio. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2007. SCHOTT, Alexandre Viana. Ação Penal (privada) em face da institucionalização do conflito, Curitiba: Juruá, 2008.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO JÚNIOR, A. F. de; FAJNZYLBBER, P. O que causa a criminalidade violenta no Brasil? Uma análise a partir do modelo econômico do crime: 1981 a 1996. Textos para Discussão – Cedeplar, n. 162, Universidade Federal de Minas Gerais, Cedeplar-UFMG, 200; ASTANHEIRA JÚNIOR, F. G. Gasto público em segurança e criminalidade: uma análise de eficácia e eficiência. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro-RJ, 2011; CERQUEIRA, D. Custo de Bem-estar da Violência e Criminalidade no Brasil. In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017; CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal. Texto para Discussão – Ipea, n. 957, Rio de Janeiro, jun. 2003; CERQUEIRA, D. R. de C. Causas e consequências do crime no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2014; URTADO, G. M. Aplicação da economia do crime no Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Faculdade IBMEC São Paulo, São Paulo, 2007. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2017. Rio de Janeiro, 2017. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro, 2018. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2019. Rio de Janeiro, 2019. ROUSSEAU, J. J. O contrato social. Apresentação de João Carlos Brum Torres. Tradução Paulo Neves. Porto Alegre-RS: L&PM, 2017.



	<p style="text-align: center;">Segurança e Políticas Públicas</p> <p>O Estado Moderno e a governamentalidade. O ofício de polícia. A segurança como uma das novas questões sociais mundiais. Processos de construção da paz no mundo contemporâneo. Políticas de segurança pública: tendências e paradigmas; Gestão em Administração Pública; Políticas Públicas e o combate à criminalidade; Análise de Políticas Públicas; Políticas Públicas e Grupos em situação de vulnerabilidade; Segurança pública brasileira: desafios e propostas de melhorias; Accountability e seus diferentes aspectos no controle da atividade policial no Brasil; Comunidade, segurança e sentimento de insegurança; política de segurança e juventude; políticas de prevenção; participação social, parcerias e intersetorialidade.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>ADORNO, Sérgio. Políticas públicas de segurança e justiça penal. Cadernos Adenauer. Segurança Pública, Rio de Janeiro, v. IX, n. 4, p. 9-25, 2009; BARREIRA, César et al. Questão de Segurança. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004; BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003; BAUMAN, Zigmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009; BAYLEY, David H. Changing the Guard (Developing Democratic Police Abroad). New York: Oxford University Press, 2006; LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (org.). Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel? São Paulo: Editora Contexto, 2006; MESQUITA NETO, Paulo de. Fazendo e medindo progresso em segurança pública. Praia Vermelha, 14 & 15, 2006, p. 184 a 197; MESQUITA NETO, Paulo de. Políticas sociais de segurança cidadã: problemas e soluções. Série Análises e propostas, n. 33. Fundação Friedrich Ebert, dezembro de 2006; MIRANDA, Ana Paula M.; LIMA, Lana Lage de (orgs.). Políticas Públicas de Segurança, Informação e Análise Criminal. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008; MONJARDET, Dominique. O que faz a Polícia (Sociologia da Força Pública). São Paulo: EDUSP, 2002; SAPORI, Luís Flávio. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora FGV, 2007; SENTO-SÉ, João Trajano (org.). Prevenção da violência: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Coleção Segurança e Cidadania; SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. Estudos Avançados [online], vol.21, n.61, p. 77-97, 2007; VELOSO, Fernando; FERREIRA, Sergio Guimarães (org.) É possível: gestão da segurança pública e redução da violência. Rio de Janeiro: Contracapa/Instituto de Estudos de Política Econômica, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BARREIRA. Cesar. Questões de segurança: políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004; KAHN, Tulio. Cidade blindadas: ensaio de criminalidade. São Paulo: Conjuntura Criminal, 2001. Velha e nova polícia. Polícia e políticas de segurança pública no Brasil atual. São Paulo: Sicurezza, 2002; ZAVERUCHA, Jorge; BARROS, Maria do R. Negreiros. Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: FJN/Massangana, 200</p>